

Audiência Pública nº 03/2015¹

Assunto: APRESENTAÇÃO E OBTENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES À PROPOSTA DE REVISÃO TARIFÁRIA ORDINÁRIA (RTO) REFERENTE AO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES

MESTRE DE CERIMÔNIAS (MC):

Senhoras e senhores, boa tarde. É com satisfação que a Arsesp, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, recebe os senhores para participar da Audiência Pública nº 003/2015.

Esta audiência pública foi convocada com a finalidade de apresentar a proposta de revisão tarifária ordinária referente ao contrato de concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Odebrecht Ambiental Santa Gertrudes S/A. e também para obter contribuições para o seu aperfeiçoamento.

O senhor José Bonifácio de Souza Amaral Filho, diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados e também diretor-presidente da Arsesp, irá presidir esta audiência pública, cabendo-lhe decidir, conclusivamente, as questões de ordem e as reclamações sobre os procedimentos adotados na audiência. Após uma breve apresentação institucional da agência, de 10 minutos, feita pelo Sr. Paulo Arthur Lencioni Góes, Diretor de Relações Institucionais, serão iniciadas as apresentações técnicas da Diretoria de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados, seguida da Odebrecht Ambiental Santa Gertrudes S/A., que disporão de até 30 minutos cada que poderão ser estendidos por mais 30 minutos se assim o presidente da mesa achar necessário.

¹ **Nota:** A transcrição deste documento foi integral, incluindo erros cometidos (sem corrigí-los), pausas, hesitações, repetições, entre outras coisas não normalmente encontradas na língua culta. O texto resultante pode não ter fluência, coesão, coerência em alguns momentos.

Em seguida, abriremos para as manifestações dos inscritos, sendo que o tempo para a exposição de cada um será de até 10 minutos. As manifestações serão feitas segundo a ordem de recebimento das inscrições, conforme previsto no regulamento desta audiência pública. Esclarecemos que o tempo será controlado e que o comentarista será alertado, se for o caso, quando faltarem dois minutos para o fim de sua intervenção.

O presidente da audiência e demais integrantes da mesa poderão, eventualmente, fazer perguntas aos participantes, caso entendam necessária a obtenção de esclarecimentos adicionais. Todas as manifestações serão registradas por meio eletrônico, de forma a preservar a integridade dos conteúdos e dar subsídios à conclusão do processo de regulamentação. Reiteramos a importância do fiel cumprimento do tempo e das regras aqui estabelecidas, de modo que se possa atender, de forma organizada, a todos os interessados.

Registramos aqui a presença dos Diretores da Arsesp José Bonifácio de Souza Amaral Filho, Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados, Paulo Arthur Lencioni Góes, Diretor de Relações Institucionais. Passamos agora a palavra ao senhor José Bonifácio de Souza Amaral Filho, presidente desta audiência pública.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Boa tarde a todos, eu quero cumprimentá-los e dizer que é com muita satisfação que nós estamos hoje presentes na audiência pública que vai discutir a proposta de revisão tarifária ordinária da concessionária Odebrecht Ambiental Santa Gertrudes por serviços de saneamento prestados no município. Na pessoa do prefeito Rogerio Pascon eu cumprimento todos os senhores e senhoras aqui presentes.

A audiência pública é um dos instrumentos utilizados para, com toda a transparência e clareza, se discutir atos públicos. A Arsesp é uma agência pública, que foi indicada pela prefeitura de Santa Gertrudes para acompanhar esse contrato de prestação de um serviço público de enorme importância, como é o contrato de saneamento, água e coleta e tratamento que esgoto, que tem importância enorme na saúde, no meio ambiente.

A consulta pública que ficou aberta durante 30 dias recebeu, por meio eletrônico, a contribuição de todos aqueles que quissem se

manifestar sobre o assunto. Nós divulgamos uma nota técnica inicial, que foi preparada pelos técnicos da Agência, foi colocada para discussão e recebimento de contribuições de todos. Então, a consulta pública é o primeiro momento e agora esta audiência, em que nós teremos oportunidade de ouvir, com a presença de todos, presencialmente ouvir as opiniões, ouvir as manifestações. Isso é fundamental numa sociedade que procura discutir de maneira racional e ouvir os argumentos e, enfim, tomar conclusões e tomar atos públicos.

Então quero agradecer mais uma vez a todos, ter certeza de que teremos uma boa tarde de trabalho, agradecer mais uma vez o prefeito do município e a todos vocês pela presença. Essa participação é fundamental e democrática. Passo a palavra ao nosso diretor de Relações Institucionais, o Dr. Paulo Lencioni Goes, que vai fazer uma apresentação institucional da nossa agência. Muito obrigado.

PAULO LENCIONI GÓES, Arsesp

Obrigado Boni, Bonifácio, diretor presidente em exercício da Arsesp. Boa tarde a todos, é um prazer estar aqui hoje com vocês, a Arsesp preza muito a transparência na sua relação com o poder concedente, com os prestadores de serviços, com a sociedade.

Vou pedir licença para falar de pé, minha fala é breve, não mais que 10 minutos, mas eu tenho a síndrome das pernas irritadas e não consigo ficar sentado por muito tempo.

Bem, o objetivo dessa minha breve intervenção, dado que temos aqui um grupo bem heterogêneo e que portanto não está completamente familiarizado com o assunto, explicar um pouquinho o que é a Agência, qual o papel da Agência, qual a importância de uma agência reguladora, como ela funciona, o que ela regula e como que vocês cidadãos, vocês prestadores de serviços podem acionar quando precisam da agência para tirar uma dúvida, para registrar uma reclamação.

As agências reguladoras tem, em linhas gerais, a função de regular e fiscalizar as atividades de serviços públicos, sejam serviços públicos prestados diretamente pelo poder público, ou seja, serviços públicos prestados por um ente privado. Privado ou não. Muitos serviços, pela sua essencialidade, pela sua natureza, pela sua característica, a titularidade e a execução desses serviços são atribuídos ao poder

público, ou seja, a União, aos Estados, aos Municípios. Sem dúvida alguma o saneamento básico é um desses serviços e pela nossa Constituição a titularidade desses serviços é dos municípios, embora pese em relação às regiões metropolitanas uma discussão sobre a titularidade compartilhada Estado e Município. Mas de modo geral, como é o caso aqui de Santa Gertrudes, é o titular do serviço que pode executá-lo diretamente por uma empresa do próprio poder público municipal ou pode concedê-lo a que um ente privado preste esse serviço.

Então isso foi feito aqui em Santa Gertrudes, por meio de um edital de licitação, que foi vencido pela empresa que hoje está aqui também participando dessa audiência. Com o contrato de concessão, ela presta o serviço de saneamento aqui no município. O que é o saneamento? Abastecimento de água, suprimento de água e a coleta e tratamento dos esgotos.

A regulação ocorre pela edição de normas, que podem ser normas técnicas que definem, por exemplo, as condições da prestação do serviço. Os prazos para a realização de novas ligações da rede de esgoto, prazos, condições do serviço e normas econômicas. Por exemplo, a própria revisão tarifária é um processo que ao final resulta numa deliberação a agência reguladora, que fixa as novas tarifas para o próximo período, para o próximo ciclo. E também a fiscalização para a verificação do cumprimento da legislação. Então tudo que é feito pela agência reguladora, por qualquer agência reguladora, qualquer ente público, claro, mas em especial pelas agências reguladoras é feito com base na legislação – leis, decretos, nos contratos, há um contrato que existe aqui nesse caso como em tantos outros, de concessão que é firmado entre quem está concedendo ao ente privado a prestação desse serviço e o próprio ente privado.

Esse contrato estabelece regras sobre esse serviço, como ele deve ser prestado, quais são as condições, uma série de disposições que precisam ser observadas pela Agência em diversos momentos quando ela vai fiscalizar e quando ela vai também editar normas, como essa que resultará desse processo de revisão tarifária, a legislação, os contratos, as normas técnicas e econômicas.

E quais são os objetivos, portanto, da agência ao regular o mercado, regular um serviço? O objetivo é contribuir para que se atinja o objetivo do poder concedente, que é muitas vezes a universalização do acesso àquele serviço. Essa é a política pública, é isso que o poder concedente

procura com as suas políticas públicas, proporcionar o acesso das pessoas aos serviços para melhorar suas condições de vida, enfim, o bem estar da população. Promover a qualidade dos produtos e dos serviços oferecidos à população, isso se dá pela regulação também, pela edição das normas técnicas, por exemplo, que dispõem sobre os procedimentos de prestação do serviço, os padrões de prestação, índice de qualidade ou índice de cobertura, índice de qualidade da água, por exemplo, índice de cobertura de esgoto, índice de cobertura do abastecimento de água. Estimular também a prestação eficiente dos prestadores de serviço, com vistas a alcançar a modicidade tarifária. Cabe à agência modular, harmonizar os interesses dos vários atores aqui, do usuário do serviço que quer pagar o menor preço pelo melhor serviço, da distribuidora que quer, por seu turno, obter a maior rentabilidade e do poder concedente que, por sua vez, pretende que esse serviço se espalhe, atinja a toda a população com qualidade e com eficiência.

E ainda, aquilo que nós estamos fazendo aqui hoje, aproximar a sociedade da prestação de serviços. Este momento, este (incompreensível 11'23"), mais do que uma audiência pública, (incompreensível 11'25") de diálogo, de debate, de participação democrática da sociedade, de todos os envolvidos no processo para que possam opinar, manifestar a sua opinião, o seu entendimento.

Se nós pudéssemos representar isso numa figura, essa é uma figura muito conhecida para quem lida com esse assunto, mas talvez não seja para todos aqui. Nós vemos que a agência harmoniza todos esses pontos não podendo pender para este ou para aquele lado, buscando sempre uma distancia igual entre todas as partes envolvidas nesse processo. Ou seja, os prestadores do serviço, o cumprimento das regras, que é assegurando a justa remuneração pelo serviço que está sendo prestado, a população, os consumidores, a sociedade, a qualidade do serviço a um preço justo e governo, o poder público, o alcance dos objetivos da política pública.

Nesse processo e para que ele ocorra de maneira perfeita, de maneira correta, para que ele alcance, portanto, esses objetivos, um ponto é fundamenta: transparência. Transparência e participação. Nós ainda, em nosso país, estamos ainda engatinhando nesse processo de transparência, de participação, muitas vezes a gente tem o costume de entregar a um terceiro a solução dos nossos problemas, mas isso vem mudando, a gente tem perseguido isso dia a dia. O fato de eu poder

participar aqui desta audiência e vejo que a casa aqui está praticamente cheia, é sem dúvida alguma um aspecto muito positivo, demonstra que a sociedade está interessada, quer participar, isso é fundamental para que o poder público atue de maneira correta, para que a agência faça um bom trabalho, para que o prestador de serviços seja eficiente, então isso é muito importante.

Esse é o ponto fundamental, transparência e participação. Na prática, como isso ocorre? Pelo controle, pela representatividade. Todas as informações da agência reguladora, da Arsesp aqui no caso, tudo que a gente está falando aqui, todos esses processos, todas as normas, todas as regras, tudo o que foi decidido, como foi decidido, por que foi decidido está a disposição de qualquer cidadão. Qualquer um pode ter acesso no site da Agência; você pode consultar, pedir informação.

E como que a sociedade participa desse processo? Hoje na regulação existem dois mecanismos muito claros para isso, a tendência é que nós conseguimos avançar para outros melhores ainda. Mas hoje são as consultas e as audiências públicas, das quais falou aqui o meu colega José Bonifácio, e das quais vai falar também minha colega Camila. As consultas e audiências públicas são os mecanismos pelos quais a sociedade participa do processo regulatório, se manifesta, diz o que pensa, o que pretende, o que espera, e isso dá legitimidade ao processo e ajuda a agência reguladora a regular cada vez melhor.

Sempre que a matéria é relevante, nem todos os procedimentos da agência estão sujeitos a uma audiência pública, mas quando é uma matéria relevante como esta também nós realizamos as audiências públicas.

Nós temos também os canais de participação para ouvir. A caixa de ressonância na agência reguladora dos anseios, do que as pessoas pensam, do que elas esperam, do que o usuário de um determinado serviço pretende, é a nossa ouvidoria, depois eu vou passar para vocês os canais. Nós temos também o Serviço de Atendimento ao Usuário, do qual eu vou falar mais adiante.

Prestação de contas ao poder concedente. Nós também prestamos contas sim ao poder concedente dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que é a prefeitura do município, através da Gerência de Contratos e Convênios da Diretoria de Relações Institucionais, que com base nos dados da concessionária de serviço, das fiscalizações que foram feitas pelas equipes da Arsesp, elabora um

relatório com todos esses dados e com uma avaliação que é encaminhado anualmente ao gestor municipal para que possa identificar pontos de melhoria, de aperfeiçoamento.

Além disso, a sociedade também participa das decisões da agência por meio dos conselhos. A Arsesp dispõe de dois conselhos de orientação, que são órgãos superiores da agência. O que são órgãos superiores? São órgãos colegiados que colocam para a agência reguladora diretrizes, formas de ver e de atuar e desses conselhos a sociedade também participa. Nós temos um conselho de orientação de energia e temos o conselho de orientação de saneamento. São conselhos plurais, ou seja, são compostos por vários representantes da sociedade, por exemplo, representantes daqueles que trabalham no serviço de saneamento, representantes das empresas, representantes dos consumidores, o Procon, por exemplo, tem assento no conselho de orientação de energia tanto quanto no conselho de saneamento.

É assim que se constrói a regulação. Já levantaram a placa aqui... É assim que constrói a regulação, com transparência e com participação.

A Arsesp então foi criada a partir da Comissão de Serviços Públicos de Energia que já existia desde 1998. Então a Arsesp foi criada em 2007 pela Lei Complementar Estadual 1025, já contava, portanto, com 10 anos de experiência em regulação. Não de saneamento. De energia e de gás, distribuição de gás canalizado, mas experiência que sem dúvida alguma foi absorvida pelos quadros da agência na regulação do saneamento.

É uma agência, portanto, multissetorial porque vários setores, gás, energia elétrica, saneamento e cuja estrutura é concebida de modo que ela tenha independência. Porque de nada vale uma agência reguladora que não tenha independência, que esteja mais próxima ou do poder concedente ou do mercado. Ela precisa manter independência e suas decisões precisam ser técnicas. E para que ela tenha essa independência, os diretores da agência têm mandatos fixos, passam por um processo de sabatina na assembleia legislativa do estado, seus nomes são aprovados, e aí sim eles têm um mandato durante a sua atuação na agência. As decisões no âmbito da agência são tomadas sempre por um colegiado, quer dizer, não é um diretor que decide, mas um conjunto de diretores que decide sobre as matérias.

Ela tem também independência administrativa e financeira, os recursos da Agência vêm da taxa de regulação paga pelos prestadores de serviço. Ela não depende de recursos do tesouro do Estado, no caso a Arsesp é uma agência estadual, ou seja, é órgão do governo do estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Governo, mas os recursos da agência não vêm do tesouro do Estado. Vem do que? Da taxa que é paga pelos prestadores de serviço, que é a taxa de regulação que remunera as atividades da agência.

O que nós regulamos e fiscalizamos? Como eu disse, regulamos e fiscalizamos gás canalizado e saneamento básico. O gás canalizado a competência é para regular a matéria, para regular o assunto, para regular o serviço. Os estados têm competência para isso, assim como no caso do saneamento, melhor dizendo, dos municípios, como já havia dito aqui, com aquela pequena observação em relação às regiões metropolitanas.

No caso da distribuição de energia elétrica, a Arsesp apenas fiscaliza, ela não edita normas. No caso do saneamento a Arsesp dita normas, olha o prazo para você encaminhar fatura para a residência do consumidor é de tantos dias, o prazo para você atender uma reclamação do consumidor é de tantos dias. Nós editamos normas do saneamento, gás. No caso da energia elétrica não. Quem edita essas normas é a Aneel, que é a agência nacional de energia elétrica, que é um órgão do governo federal, da União. Mas a Arsep tem um convênio com a Aneel e por meio desse convênio fiscaliza as empresas.

Vou passar rápido aqui. O marco regulatório de saneamento do nosso país. Nós percebemos que a agência atende os requisitos do marco regulatório nacional porque tem independência, autonomia, transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade de suas decisões. Portanto estamos aptos a regular esse setor. Que a Arsesp regula e fiscaliza o serviço de água e esgoto em 280 municípios do estado de São Paulo hoje por meio de convênio de cooperação. Esses municípios celebram com o estado de São Paulo um convênio atribuindo à Arsesp a regulação e a fiscalização desse serviço, foi o caso aqui de Santa Gertrudes, também os municípios das regiões metropolitanas e nós temos nesse âmbito três concessionárias, a Sabesp que opera em 278 desses municípios que tem convênios, a Odebrecht neste aqui, em Santa Gertrudes e a Saneaqua em Mairinque. Mais de 19 milhões de usuários regulados.

E quais são os requisitos para a assinatura desses convênios que o município faz com o estado? É preciso uma lei municipal, ou seja, o assunto precisa ter sido discutido aqui na câmara do município, pelos representantes dos cidadãos para que se tenha legitimidade nisso tudo que está sendo proposto. O contrato com o estudo de viabilidade econômico-financeira, edital de licitação, inventário de bens, ou seja, que devem estar em consonância com o plano municipal de saneamento. É preciso ter um plano municipal de saneamento, este plano pode ser de uma lei ou até mesmo de um decreto, isso vai depender da lei orgânica do município, lá está previsto como será.

Mas o município precisa dizer: o que a gente quer para os próximos vinte, trinta anos? Como vai se desenvolver o saneamento básico em nosso município? Quais são os investimentos que vão ser feitos, como vai ser ampliado, enfim, uma série de regras que ali precisa estar. E é preciso que haja por parte de quem vai prestar esse serviço um estudo de viabilidade econômico-financeira, é viável economicamente e financeiramente prestar o serviço aqui. Feito isso, assina-se o convênio de cooperação e celebra-se o contrato.

Então o convênio de cooperação do Estado de São Paulo com o município de Santa Gertrudes foi celebrado em outubro de 2010. Os serviços regulados e fiscalizados são abastecimento de água e esgotamento sanitário. O que é abastecimento? Captação, transporte até a estação de tratamento, depois transporte até o reservatório e depois a distribuição para a população. E também o esgotamento sanitário que é a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final desse material.

E como é que você, cidadão, pode fazer para entrar em contato com a Arsesp caso queira fazer uma reclamação, como você pode participar do dia a dia da regulação, do dia a dia do serviço que é prestado no seu município? A Arsesp dispõe do Serviço de Atendimento ao Usuário, ela orienta o cidadão, os usuários, registra reclamações por meio de canais de comunicação de acesso gratuito, telefone, e-mail, pessoalmente nós atendemos na sede da agência. Se você tem um problema, quem é o responsável por esse problema? É a prestadora, então ela é que tem que resolver esse problema para você. Se não resolver, aí você procura a Agência. A Agência vai interceder, vai mediar esse conflito, vai tentar solucionar para você. Ou até mesmo para procurar um informação, obter uma orientação, você pode acionar. No caso do serviço de saneamento está aqui o telefone para

contato, é gratuito, 0800 771 6883. Todos os canais estão à disposição no nosso site, www.arsesp.sp.gov.br.

Então, finalizando já, meu tempo já se esgotou, de novembro de 2010 a agosto de 2015, quase cinco anos, tivemos 169 manifestações aqui do município de Santa Gertrudes, sendo que dessas 169 manifestações, 163 foram usuários buscando orientações, se eles tinham ou não direito com relação a determinado assunto, como eles deveriam se portar ou agir diante de uma determinada situação, enfim, e 6 reclamações: duas referentes a descontinuidade no abastecimento, 1 problema de cadastro, problemas com obstrução do fluxo de esgoto, qualidade da água e faturamento de consumo. Então são esses os dados que a gente apresenta para vocês.

Talvez esse nosso contato com o cidadão daqui de Santa Gertrudes possa ser mais intenso na troca de experiências, de informação, de esclarecimento, de orientação e de até mesmo registro de reclamações. Muito obrigado a todos.

MC:

Obrigada, Dr. Paulo. Passamos agora a palavra para Camila Elena Muza Cruz, especialista em regulação e fiscalização de serviços públicos da Diretoria de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados, que fará a apresentação da Arsesp, com tempo máximo previsto de 30 minutos, que poderão ser estendidos por mais 30 minutos se assim o presidente da mesa achar necessário.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

A Camila, que é especialista em regulação da Arsesp, vai fazer a apresentação, já me falou que ela necessita de cerca de 40 minutos, então para evitar interrupções já fica autorizado, assim como a prestadora Odebrecht se precisar de um tempo maior então já está autorizado. Então vamos diretamente à Camila, muito obrigado.

CAMILA ELENA MUZA CRUZ, Arsesp

Eu também vou ficar de pé, não tenho a mesma síndrome que o Paulo, mas eu também prefiro ficar de pé.

Bom, o objetivo dessa audiência pública é apresentar os resultados preliminares produzidos pela Arsesp para a revisão tarifária ordinária da concessionária Odebrecht Ambiental, referente à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Santa Gertrudes.

Como o Paulo já explicou, foi disponibilizada uma Nota Técnica preliminar no site da Arsesp, que ficou em Consulta Pública até ontem e os resultados constantes dessa Nota Técnica serão apresentados aqui.

Inicialmente vou fazer uma contextualização legal da revisão, vou falar especificamente da revisão tarifária ordinária de Santa Gertrudes, qual é a metodologia aplicada pela Agência, como foi feita a atualização do plano de negócios da concessão e qual foi o índice de reposicionamento tarifário resultante desse estudo.

O Paulo também já falou um pouco dessa parte da legislação, então a lei 11445, que é o marco regulatório do setor prevê que as revisões tarifárias ordinárias compreendem tanto a reavaliação das condições da prestação de serviços e também das tarifas praticadas e elas podem ser de dois tipos, periódicas ou extraordinárias. No caso aqui de Santa Gertrudes a gente está tratando de uma revisão periódica que tem como objetivo distribuir os ganhos de produtividade da concessão com os usuários e reavaliar as condições de mercado.

Ela também define que um dos objetivos da regulação é assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a modicidade tarifária, garantindo a eficiência e eficácia dos serviços. Cabe também à entidade reguladora editar o regime, estrutura, níveis tarifários e subsídios, bem como os procedimentos e prazos dos reajustes e revisões e a entidade reguladora também define a pauta da revisão ordinária sempre ouvindo titulares, usuários e prestadores de serviço, como o Paulo comentou.

A lei de criação da Arsesp, lei complementar estadual 1025 previa que nos municípios em que a regulação é delegada ao Estado, cabe à Agência fazer a regulação, inclusive sobre as questões tarifárias. E o convênio assinado entre o município e Santa Gertrudes outorgou à Arsesp essa regulação e delegou a ela a atuação nas revisões tarifárias previstas no contrato e na legislação pertinente.

Sobre a concessão no município de Santa Gertrudes foi feita uma licitação do tipo concorrência técnica e preço de âmbito nacional, a

empresa vencedora foi a Odebrecht Ambiental Santa Gertrudes, que à época chamava Foz de Santa Gertrudes. O contrato foi assinado em outubro de 2010 e os serviços foram assumidos a partir de novembro de 2010.

Em 2012 foi assinado um termo aditivo que mudava algumas condições previstas inicialmente no contrato e aqui a gente destacou essas alterações que foram feitas. Então, teve um aumento no percentual de desconto sobre a tarifa referencial, até outubro de 2015, agora, o desconto na tarifa era de 20%, de novembro de 2015 até outubro de 2016 esse desconto vai para 10% e a partir de novembro de 2016 ele é excluído.

Também teve uma alteração no percentual de ligações beneficiadas com tarifa social, foi limitado a 2% do total de ligações. Foram previstos estudos e investimentos para impermeabilização das lagoas, isso não estava previsto no contrato inicial e para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, esse termo aditivo também já previa algumas condições. Então foi alterada a data base do reajuste anual para o dia primeiro de novembro, que é quando ocorrem todos os reajustes e revisões da concessão. Foi postergado o pagamento de algumas parcelas da outorga, isso eu vou detalhar melhor adiante. E foi feita alteração do percentual da tarifa de esgoto em relação à tarifa de água, hoje já é 100%.

A tarifa de referência inicial da licitação era de R\$ 1,98. O contrato previa que anualmente seriam feitos reajustes tarifários com base na variação do IPCA e foram autorizados de 2011 a 2014 quatro reajustes e hoje a tarifa de referência é R\$ 2,5877.

Sobre a revisão tarifária do município. O contrato previa que essas revisões tarifárias deveriam ocorrer a cada quatro anos, então como os serviços foram iniciados em 2010, a primeira revisão deveria ocorrer em 2014. Quando foram iniciadas as tratativas sobre a revisão tarifária a gente identificou que o contrato tinha algumas cláusulas com alguns prazos e procedimentos que impediam que a revisão fosse feita nos termos que aquela legislação, o marco regulatório previa.

Então nós iniciamos algumas tratativas com a concessionária e com a prefeitura, para a assinatura de um termo aditivo que ajustasse as cláusulas, ficou combinado que por conta disso a primeira revisão tarifária ocorreria em 2015 e as outras a cada quatro anos. Em fevereiro de 2015 a concessionária comunicou tanto a prefeitura quanto a Arsesp

de que haveria uma limitação nos investimentos por conta de um desequilíbrio do contrato e diante desse cenário, a Agência deu início aos trabalhos da revisão tarifária publicando um cronograma inicial de eventos por meio da deliberação 556.

O plano municipal de saneamento básico é um instrumento indispensável para a gente fazer a revisão tarifária. É com base nele, com base nas diretrizes do município que a concessionária prepara o seu plano de negócios para o período restante do contrato.

Quando nós iniciamos esse trabalho, o plano municipal tinha sido revisto em fevereiro de 2014, a Agência foi fazer uma análise do plano e percebeu que tinha alguns investimentos que estavam com o patamar muito acima do que estava previsto inicialmente no contrato e alguns deles tinha uma necessidade de execução um pouco discutível e esses investimentos impactariam na ordem de 200% nas tarifas do município. Então nós novamente iniciamos uma discussão com a concessionária e com a prefeitura em junho de 2015 e ficou decidido que esse plano de investimentos seria revisto, na revisão tarifária utilizaríamos o plano de investimentos anterior com ajustes para esse primeiro período de 2015 a 2019 para ficar aderente à realidade do município, só que o estudo demográfico desse plano novo não apresentava problemas, então como ele era mais atual, nós optamos por utilizá-lo na revisão tarifária. Essas decisões da revogação do plano foi publicada em um decreto da prefeitura, 1970 de 11 de junho de 2015.

A partir disso a concessionária enviou uma proposta de revisão tarifária para a Agência, que tinha como base o laudo econômico-financeiro elaborado pela consultoria GO Associados, que foi contratada pela concessionária. Esse cálculo deles está preço de setembro de 2014, ou seja, para aplicá-lo agora em 2015 ainda teria que ser acrescida a variação da inflação, do IPCA até setembro de 2015. Ele já contemplava essa decisão de revogação do plano de investimentos, ele também já considerava aquela redução que eu comentei no começo, da tarifa de referência de 20 para 10%, a redução do desconto. No decorrer do processo algumas dessas premissas que constam desse laudo já foram reconsideradas pela concessionária, mas o percentual requerido inicialmente foi de 91,4%.

A partir daí, qual foi a metodologia aplicada pela Agência? Primeiro a gente considerou tanto as condições que estavam no edital de licitação quanto no contrato de concessão. Então, o edital de licitação do município previa que todos os custos relativos à prestação dos

serviços para o cumprimento da proposta técnica deveriam ser considerados na proposta comercial. O que é isso? Na licitação os concorrentes deveriam entregar uma proposta técnica e uma proposta comercial. Essa proposta comercial que tem os custos, o fluxo de caixa e chega numa tarifa, ela teria que considerar todos os custos necessários para o atendimento dessa proposta técnica. Ainda assim no contrato de concessão havia a garantia para a concessionária de realizar revisões periódicas – aquela que comentei – a cada quatro anos. E o contrato de concessão também garantia uma taxa interna de retorno para a concessionária de 9,88%, a ser obtido no período da concessão como um todo, ou seja, não tem uma rentabilidade de 9,88 por ano, é no período do contrato, durante os trinta anos.

A partir daí a concessionária apresentou um novo plano de negócios com as projeções para o período remanescente do contrato, a partir de 2015, que deviam ser feitas com base no plano municipal vigente, nas exigências regulatórias, e nas mudanças de cenários que não estavam previstas à época da licitação, como os aumentos de energia, crise hídrica entre outros fatores.

A partir daí a Arsesp analisou todos os casos de demanda, custos e investimentos relativos ao passado, ao período de 2010 a 2014, e as projeções para o período remanescente do contrato. E nessa análise foi considerado os critérios e condições do processo licitatório e do contrato de concessão vigente, as alterações ocorridas nas condições de mercado, como eu comentei, e nas prestações de serviços e alguns parâmetros e critérios regulatórios estabelecidos pela Arsesp.

Definida a metodologia, a gente passa para a atualização do plano de negócios. O contrato tem um plano de negócios e com base nessas alterações do novo plano e tudo isso que eu comentei, a gente faz uma atualização nesse plano para chegar na tarifa.

Para fazer a atualização desse plano a Agência desenvolveu um modelo chamado Simulador de Revisão Tarifária, e ele é alimentado com três grandes grupos de dados. O primeiro é esse plano de negócios que já constava do contrato e do termo aditivo, o segundo são os dados relativos ao período já transcorrido, que é novembro de 2010 a dezembro de 2014, são dados contábeis auditados e informações da área comercial e operacional da concessionária.

Para o período remanescente, para o que falta do contrato, nós utilizamos esse novo plano de negócios que inclui dados de demanda,

investimentos, custos e outras receitas e despesas e um ganho de eficiência médio contratual de 2% ao ano. Esse ganho de eficiência médio contratual foi observado no fluxo de caixa da concessão. A proposta apresentada pela concessionária à época da licitação tinha esse comportamento, alguns itens um pouco mais, uns itens um pouco menos, mas na média do contrato era um ganho de eficiência de 2% ao ano. Então esse ganho, mesmo a gente atualizando o plano de negócios, nós mantivemos para esse período futuro, para o período remanescente. Todos esses dados recebidos foram submetidos a um processo de análise, ajuste e validação pela Agência.

Bom, a partir daí a gente começa a analisar todos esses grupos de dados e eu vou falar um pouco para vocês o que nós consideramos em cada item. Com relação à demanda houve uma mudança bem grande em 2013 o consumo estava nesse patamar, 2014 estava nesse, e a partir de 2015 houve uma redução. Esse volume aqui foi o volume projetado pela concessionária com base no que já aconteceu no primeiro semestre, então a Agência adotou essa projeção, manteve esse cenário por mais dois anos, considerando a permanência da crise hídrica por algum tempo ainda e recuperou o consumo de 2014 até 2020. E a partir daí ele se mantém para o restante do contrato. Na proposta da concessionária essa recuperação ocorreria apenas em 2022, a gente antecipou um pouco. E esse aqui era o perfil de consumo que estava previsto no contrato.

Além da demanda do consumo dos usuários, a gente precisa dimensionar o quanto precisa ser produzido de água, dimensionar o sistema de abastecimento. Para dimensionar a gente não pode considerar só demanda, precisa ser incluído também o volume relativo às perdas. Para calcular esse volume, no contrato são estabelecidas metas de perdas, que é um percentual do volume produzido, e pelos dados informados pela concessionária, o histórico realizado está abaixo do que estava previsto no contrato e na projeção, em alguns anos, ele fica um pouco abaixo e iguala até o final. Então, como eles estavam em níveis inferiores, a Arsesp adotou essas metas informadas pela concessionária para calcular o volume de perdas.

O sistema de esgotamento sanitário é a mesma coisa, precisa ser dimensionado qual o volume de esgoto que será coletado e tratado. Para isso a gente também não pode só considerar o referente coletado nas residências, nos imóveis, tem alguns acréscimos, algumas contribuições ao longo do sistema de esgotamento sanitário e a gente

usa esses parâmetros para calcular quanto será coletado e tratado. Nós mantivemos os parâmetros técnicos considerados no plano de negócios do contrato, que são: um retorno de 80% do volume de água para o sistema de coleta de esgoto, uma taxa de infiltração de 0,2 litros por segundo por quilômetro de rede e uma contribuição pluvial de 6% do volume coletado. Então foram utilizados os mesmos parâmetros que estavam previstos no contrato.

Com relação ao plano de investimentos, como eu comentei, nós utilizamos o plano de investimentos que estava previsto no plano de saneamento anterior e fizemos um ajuste no período de 2015 a 2019, que é desse próximo ciclo tarifário antes da próxima revisão, para torná-lo aderente às realidades do município. Esse plano foi analisado pela nossa área técnica, que já tem uma experiência na regulação e na fiscalização aqui no município de quatro anos e os resultados foram: o contrato previa investimento de aproximadamente 8 milhões e meio, com esses ajustes foi para 11 milhões aproximadamente, uma diferença de 2,4. Então como ficou comparando esses números? Essa redução em 2015 é aquela que foi informada pela concessionária, que eles teriam que fazer uma redução dos investimentos por causa do desequilíbrio, a gente consegue observar ela aqui. Essa linha preta é a linha da revisão tarifária e a pontilhada é a do contrato. Então aqui é o nós estamos considerando para esse período, tem essa diferença com relação ao contrato e no restante ela permaneceu igual ao que estava previsto.

Com relação aos custos da concessão, eles são também divididos em três grandes grupos: os custos de operação e manutenção, despesas comerciais e administrativas e outras despesas. Inicialmente vou falar sobre as despesas de operação e manutenção. No item de pessoal a Agência adotou o dimensionamento de quadro informado pela concessionária, que varia de 14 empregados em 2015 para 19 a partir de 2020 até o final da concessão. A remuneração, que seria o cálculo da remuneração foi feito pela Arsesp com base na estrutura de cargos e salários informada pela concessionária. Os encargos, benefícios e provisões geralmente são calculados com base em um percentual dessa folha de salários. Então foi mantido o mesmo percentual observado no ano de 2014 para todo o período do contrato e aplicado àquele ganho de eficiência contratual que eu comentei de 12% ao ano. Aqui está um comparativo, a linha pontilhada é o que estava previsto no contrato e essa linha é que está sendo considerado nessa Nota Técnica Preliminar.

Com relação a energia elétrica é de conhecimento de todo mundo que teve uma mudança bem grande no cenário de energia, então para que a gente conseguisse captar tudo isso que aconteceu, nós fizemos uma análise dos dados de consumo e valor das faturas de energia do período de janeiro de 2013 a maio de 2015 de todas as unidades da concessionária, os eventos que influenciaram no custo foram: a extinção da modalidade convencional, que é uma modalidade que tinha alguns custos mais atrativos para algumas empresas, implantação do sistema de bandeiras tarifárias a partir de 2015, essa todo mundo está sendo impactado, né, aprovação pela Aneel de uma revisão tarifária extraordinária em março de 2015 e uma outra revisão tarifária ordinária da distribuidora do município, que é a Elektro, em agosto de 2015.

A partir daí era necessário projetar o cenário futuro, então quais foram os critérios adotados pela Arsesp nessa projeção? Nós adotamos que em 2016 e 2017 seria bandeira amarela, então isso representa uma redução de 5 pontos percentuais sobre as despesas totais de energia. Bandeira verde a partir de 2018, então não teria nenhuma despesa adicional com bandeira a partir de 2018 e uma redução de 20% nas tarifas de energia elétrica a partir de 2020, que é quando a gente projeta o fim da crise hídrica e a normalização da situação. Então aqui está o comparativo, a linha pontilhada é o do contrato e essa de cima o que está sendo considerada na revisão tarifária, o nível de despesa.

Com relação ao item de terceiros, além dos valores já observados até agora, a concessionária solicitou o incremento de algumas despesas, custos complementares relativos a locação de veículos, vigilância da estação de tratamento, manutenção da estação de tratamento, transporte do lodo da estação de tratamento de água, eventuais manutenções adicionais e esses itens, em 2017, totalizam 454 mil e vão assim até o final da concessão. A remoção do lodo da estação de tratamento de esgoto seria feita a partir de 2018 a cada cinco anos, a um custo de 299 mil.

Quais foram os critérios adotados pela Agência a partir da análise desses dados? Primeiro nós usamos como base o custo observado em 2014, em seguida a gente considerou como periodicidade da remoção do lodo oito anos e não cinco, conforme solicitado pela concessionária. Vai dar para perceber, na curva de custos, que no contrato essa remoção de lodo era a cada oito anos, então nós mantivemos a periodicidade do contrato. Foram reconhecidos esses custos

complementares solicitados pela concessionária e aplicado ganho de eficiência de 2% ao ano. Então aqui é a curva do contrato e aqui ficou o nível da revisão tarifária. Esses picos aqui é o que estavam previstos para a remoção do lodo, nós mantivemos a mesma periodicidade.

Outros custos operacionais. Com relação a produtos químicos nós mantivemos o custo unitário por metro cúbico de R\$ 110,00, que foi proposto pela concessionária para 2015, aqui não foi aplicado ganho de produtividade porque produto químico é essencial para a qualidade da água. Então a gente manteve esse custo fixo até o final do contrato. Só uma explicação, quando falo aqui em custo unitário, a despesa que a concessionária tem com relação, por exemplo, no caso de produtos químicos por metro cúbico tratado. Então, quanto custa para ela o produto químico a cada metro cúbico que ela trata. Então toda vez que eu falar de custo unitário é essa relação, nem todas são por mil metros cúbicos. Aqui nem todos esses custos unitários são relativos à produção, mas quando eu falar disso é uma relação desse tipo, então conforme cresce o volume produzido, essa despesa também vai crescer mesmo o custo unitário permanecendo igual.

Com relação a materiais foram adotados custos unitários que foram projetados pela concessionária para 2015 e 2016, aplicando ganho de eficiência contratual de 2% ao ano. Despesas fiscais, também foi adotado custo unitário apresentado por eles para 2015, aplicando ganho de eficiência de 2% ao ano. E aqui está o comparativo: essa linha de baixo é a linha considerada na revisão tarifária e essa de cima é a do contrato, então ela ficou um pouco abaixo do que estava previsto no contrato.

Com relação às despesas comerciais e administrativas, que é um outro grupo de custos, o item de pessoal também ficou bem similar ao de empregados operacionais e administrativos, então foi considerado o dimensionamento informado pela concessionária que altera de 4 empregados em 2015 para 8 em 2020. A remuneração também foi calculada pela Arsesp com base na estrutura de cargos e salários. Os encargos e benefícios e provisões são percentuais da folha de pagamentos e foi mantido o mesmo percentual usado lá para os empregados operacionais e aplicado ganho de eficiência de 2%. Aqui está o comparativo, essa é a linha do contrato, a gente percebe uma grande diferença aqui no passado entre o que estava previsto no contrato e o que foi realizado e aqui é a projeção para o futuro.

Agora todas as outras despesas. Materiais, viagens, serviços de pessoas físicas e jurídicas, aluguéis, comunicação e postais, foram adotados os custos de 2015, custos unitários apresentados pela concessionária, aplicando ganho de eficiência. Outros serviços foram anotadas a média dos custos observadas de 2012 a 2014 para o restante do contrato e aplicando ganho de eficiência de 2% ao ano. Perdas por inadimplência, geralmente a inadimplência é calculada a partir de um percentual da receita tarifária, então nós adotamos esse percentual projetado pela concessionária porque eles já eram inferiores ao que foi observado de 2010 a 2014, ao que foi realizado, e também era inferior às metas do termo aditivo. Com relação a publicidade e propaganda não foi apresentada nenhuma despesa nesse período que já foi transcorrido, 2010 a 2014, relativo a publicidade e propaganda. A concessionária solicitou a inclusão desse custo, a Agência adotou os custos unitários projetados pela concessionária para 2015, aplicou ganho de eficiência para o restante do contrato, só que nesse caso existe uma ressalva: só vai ser reconhecidos pela Arsesp custos desse tipo se forem relativos a campanhas educativas, ou seja, uso racional da água para evitar o desperdício. Qualquer outro tipo de publicidade e propaganda não vai ser reconhecido na tarifa.

Além disso, foi projetada como uma despesa comercial uma licença para a utilização de dois softwares na prestação de serviços, um chama MobTeam, que é integração de solicitações de serviços, o outro Scada, que é um sistema supervisorio para automação do sistema de abastecimento. Essas licenças se iniciariam a partir de 2015/2016, elas tinham um custo bem elevado, por volta de R\$ 23 por ligação, 470 mil no ano, ela ia ter impacto significativo nas tarifas, então a Arsesp nesse momento não reconheceu essa despesa, não vai ser incluída no fluxo de caixa e se a concessionária quiser apresentar uma medida alternativa com custo reduzido ou alguma coisa desse tipo no futuro, ela pode ser analisada novamente, mas nesse momento como o impacto era significativo, ela não foi reconhecida. E ela também não estava prevista no fluxo de caixa da licitação no perfil de custos, então, por isso nós não reconhecemos.

Com relação a auditoria, consultoria e assessoria, essa despesas são referentes a prestação desses serviços, esses serviços são prestados por empresas que não são da holding deles, não é uma estrutura compartilhada, são prestadores fora da Odebrecht Ambiental. Quando a Arsesp foi analisar esses custos apresentados eles citavam patamares muito superior ao constante da proposta vencedora da licitação e não

havia uma justificativa plausível para a contratação desses serviços. A grande maioria referiam-se a serviços das áreas jurídicas, então, por conta disso, a Arsesp reconheceu nos valores já realizados do período de 2010 a 2014 apenas os custos relativos a auditoria externa e na projeção foi utilizado custo unitário correspondente a esse serviço para 2015 com aplicação do ganho de eficiência de 2%. Então aqui estão os custos de auditoria em torno de 80 mil, consultoria e assessoria e consultoria técnica 503 mil aproximadamente, então a Arsesp só reconheceu esses 80 mil, esses 503, essa diferença não foi reconhecida, isso total até 2014.

Bom, com relação a despesas com partes relacionadas e outras despesas administrativas a concessionária enviou uma justificativa dizendo que eles não tinham uma estrutura específica para atender todas as necessidades da concessão e que por medidas de custos e despesas e como uma forma de otimizar os valores, ela optou por contratar os serviços prestados por uma empresa da própria organização, uma estrutura compartilhada, que resulta em valores finais muito inferiores do que se ela tivesse uma estrutura parecida apenas aqui na concessão de Santa Gertrudes. Eles ressaltam também que a adesão e utilização dessa estrutura não é obrigatória unidade e elas só são utilizadas em função de um resultado positivo com relação aos recursos financeiros. Aqui estão os valores apresentados por eles para o período de 2010 a 2014, então correspondem a serviços de engenharia, comercial, Call Center, frota, suprimentos, informática, centro de serviços compartilhados, e além desses serviços detalhados aqui, há uma taxa de administração central, que é relativa a utilização da estrutura compartilhada. Eles totalizaram quase 1 milhão e quinhentos mil, dá para perceber que tem um aumento dessa despesa anualmente, em 2014 chegou a 661 mil.

A partir daí a Arsesp foi fazer uma análise desses valores, das informações apresentadas pela concessionária. Então ficou claro pela justificativa deles que era uma estratégia de otimização dos custos, só que quando a gente vai olhar o fluxo de caixa apresentado agora comparado com o que estava previsto na licitação, ela não resultou em redução de custos operacionais, administrativos e comerciais. Eles citam um patamar muito acima comparados aos apresentados na proposta vencedora da licitação e do plano de negócios do contrato e por causa disso a Arsesp só reconheceu um custo referente a taxa de administração central para utilizar estrutura de empresas relacionadas ao grupo, limitado a 5% da receita operacional da concessão.

Então isso resultou partes relacionadas, no total valor realizado quase um milhão e quinhentos mil, reconhecido pela Arsesp 824 mil. Seiscentos e cinquenta e sete não foram reconhecidos. Aqui são aqueles custos que comentei de consultoria e assessoria, então, no total desses dois itens 55,6% dessas despesas não foi reconhecida no período já realizado e esse nível de custo foi aplicado para o restante da projeção.

Com relação a despesas financeiras, a concessionária encaminhou para a gente essas despesas financeiras incluídas nos valores realizados e nas projeções. Só que elas também não foram reconhecidas pela Arsesp na tarifa porque elas não constam do plano de negócios contratual, então no fluxo de caixa não existe esse item de despesas financeiras. Conceitualmente elas não devem ser reconhecidas, porque como a gente comentou no início, a concessionária tem uma taxa de rentabilidade de 9,88 que representa a remuneração dela pelos recursos que foram aplicados. Os custos financeiros decorrentes de qualquer financiamento, de eventuais financiamentos, eles devem ser cobertos pelos recursos provenientes dessa taxa de rentabilidade deles, eles não devem ser incluídos na tarifa. E essa rentabilidade estabelecida no contrato era para ser obtida no total da concessão, isso já estava previsto no fluxo de caixa, então no início pode ter um déficit na concessão, porque eles vão ter mais despesa do que receita, só que isso é compensado ao final do contrato, então garantindo essa taxa de 9,88.

Bom, todas essas despesas que eu falei agora no final, no fluxo de caixa elas não tinham esse mesmo nível de desagregação que eu comentei aqui. Nós precisamos desagregar nesse nível para poder fazer as análises, mas para comparar com o contrato nós tivemos que agrupar de novo, então esse é o nível de despesas reconhecidas na revisão tarifária e esse é o que estava previsto no contrato.

Do total de custos, pelo conceito utilizado pela concessionária que inclui as despesas financeiras também ficou em torno de 20 milhões, reconhecidos pela Arsesp 16 milhões, então 21% dos custos do período realizado não foram reconhecidos. Aqui tem uma comparação de tudo isso que eu falei, de despesa, de custo, entre o que estava previsto no contrato, o que está sendo considerado pela Arsesp na revisão tarifária em função de todos esses fatores que eu já comentei, as mudanças na condição de mercado, mudanças que ocorreram e que não podiam ser previstas na licitação, a nossa experiência de regulação e fiscalização no município, critérios regulatórios, então considerando

tudo isso há essa elevação do patamar para essa linha e a proposta da concessionária (incompreensível 1h02'18") vai ser nesse nível.

Também tem outras despesas que são incluídas, despesas com amortização dos investimentos. Para o período até 2014 nós consideramos os dados dos registros contábeis que já são auditados, e de 2015 até 2014 foi considerado entre a vida útil do equipamento e o prazo da concessão, o que tivesse o menor período.

Taxa de regulação e fiscalização também foi considerada até 2014 os registros contábeis. De 2015 até 2040 2% da receita operacional, que é o que está previsto no contrato, lembrando que meio por cento é a taxa de regulação para à Arsesp, e 1,5% é destinado à prefeitura do município de Santa Gertrudes.

A outorga, como eu comentei, ela foi um dos itens que foi revisto no termo aditivo, inicialmente estava previsto que seria pago 1 milhão na data da licitação, foi reconhecido e isso foi alterado, né, no termo aditivo, então foi feito o pagamento da primeira parcela em 2010 de 200 mil, a Arsesp reconheceu o pagamento dessa primeira parcela e manteve as condições que estavam negociadas no termo aditivo, que era o pagamento dessa diferença em parcelas entre 2017 e 2021.

Sobre a participação dos empregados, elas são resultantes de acordos sindicais, então até 2014 foi reconhecido o que estava nos registros contábeis e de 2015 até 2040 feitas as projeções da concessionária.

Bom, e como é feita a composição da receita? A gente já falou dos custos e agora a gente vai falar das receitas. São quatro tipos: receitas tarifárias, de serviços complementares, outras receitas operacionais e receitas financeiras. As receitas tarifárias são produto da tarifa média de cada categoria de usuário, ou seja, categoria residencial, comercial, industrial, o que está previsto na estrutura, então ela é um produto dessa tarifa média obtida em cada categoria pelo respectivo volume consumido de água em cada categoria. Além disso, a gente tem que incluir essas alterações no desconto da tarifa de referência, então ele vai ser alterado de 20% para 10% em dezembro de 2015 e será excluído em dezembro de 2016. Com relação aos serviços complementares, eles são geralmente calculados por um percentual da receita tarifária então foi utilizado o percentual observado em 2014, que é de 3,14%, e receitas operacionais e financeiras também são percentuais da receita tarifária, mas aqui foi considerada a média observada no período de 2012 a 2014 de 0,42 e 1,56 respectivamente.

Diante de tudo isso a gente chega num índice de reposicionamento tarifário, então a gente recalcula o plano de negócios da concessão e verifica quanto que é necessário, aqui está a explicação, qual é o ajuste necessário para que seja mantida aquela taxa que estava prevista no contrato de 9,88 estabelecida na licitação, que foi obtida com essa novas projeções do fluxo de caixa. Para que seja mantida a taxa de 9,88 é necessário um reposicionamento tarifário de 25,22%. Esse reposicionamento já está calculado a preço de setembro de 2015, então aqui tem o último reajuste dado pela concessionária, que foi em 2014, então nesse valor já está incluída a variação de 2014 até 2015. A tarifa de referência passaria de 2,5877 para 3,2404, só que o impacto na conta do usuário por causa da redução de desconto vai para 40,87%.

Aqui tem uma comparação do fluxo de caixa, eu vou tentar explicar rapidamente, essas são as entradas, as receitas obtidas pela concessionária e todas as saídas. Na composição do contrato a principal receita é a receita direta, receita tarifária, ela representa 95,2, nessa revisão tarifária, com base nos números da revisão tarifária, e ela teve uma alteração, um incremento de 12,1% com relação ao que estava previsto no contrato. Então esse é o valor da revisão, esse é o valor que estava previsto no contrato.

Com relação às saídas, a que tem maior impacto é a saída operacional, que também pelos dados da revisão elas compreendem 71% das saídas, e ela teve um incremento de 18,3% com relação ao que estava previsto no contrato, então isso aqui é o que estava previsto e o que está sendo considerado agora. Investimento é o segundo grande item que tem mais impacto, pela composição dos dados da revisão ele fica em torno de 19% do total de saídas e ele teve um incremento pequeno de 1,6%. Então, todo esse cálculo é para garantir a taxa interna de retorno de 9,88.

Era isso, obrigada.

MC:

Informamos que será realizada a apresentação da Odebrecht Ambiental Santa Gertrudes S/A., dispondo de 30 minutos, que poderão ser estendidos por mais 30 minutos se assim o presidente da mesa achar necessário. Convidamos o representante da empresa para fazer uso da palavra.

PAULA VIOLANTI, Odebrecht Ambiental S.A.

Boa tarde a todos, nós agradecemos a oportunidade de estar aqui hoje fazendo essa prestação de contas e agindo da maneira mais transparente possível, conforme disse o Dr. Paulo, o Dr. José Bonifácio e bem explicou a Camila aí no dia a dia. Nós agradecemos também porque foram meses de bastante discussões, estudamos muito, ambas as partes, acho que aprendemos muito com a Arsesp, agradecemos muito a vocês pela paciência, pela dedicação conosco e agradecemos ao pessoal da prefeitura, aos integrantes que estão aqui na torcida, que são pessoas muito comprometidas, desde já meu muito obrigada para todo mundo.

Essa é uma foto da nossa querida Santa Gertrudes, muito bonita, aliás, que vem ali da estrada quando a gente está chegando aqui em Santa, então a gente queria colocar essa imagem para iniciar um pouquinho a nossa conversa. Nós estabelecemos uma apresentação tentando ser o mais didático possível e falando da nossa condição do dia a dia e desses cinco anos, aproximadamente cinco anos já de operação aqui em Santa Gertrudes.

E a gente começa falando de saneamento como bem colocou o senhor José Bonifácio, o Dr. José Bonifácio, quando a gente comenta um pouquinho dos desafios do nosso país em relação ao saneamento. Hoje a gente sabe que 17% dos brasileiros ainda não são abastecidos sequer com água tratada, não tem água na sua residência, não tem acesso a ela, 51% da população do Brasil ainda não tem acesso à coleta de esgotos, ou seja, muitas vezes nós estamos com o esgoto à céu aberto, em valas, e a população em contato com esse esgoto, muitas vezes nós temos a questão de veiculação de doenças de veiculação hídrica que afeta a saúde do ser humano e principalmente das crianças e das pessoas imunodeficientes que a gente sabe que o prefeito e todas as pessoas que trabalham com a saúde pública, os médicos etc., tem no dia a dia por conta desse requisito.

Também temos aí que 61% do esgoto no país não é tratado, então além de estar exposto a céu aberto ou muitas vezes caindo no rio, 61% dele não é tratado. Essas informações são todas do Sistema Nacional de Informação de Saneamento, nós temos aí informações internas, mas a gente buscou sempre informações de órgãos colegiados, de órgãos específicos e neutros para que a gente pudesse ter uma visão geral do saneamento no Brasil. Sete milhões de brasileiros ainda não tem sequer acesso a um banheiro dentro da sua moradia. Tudo isso cria um cenário de total problema para a saúde pública, total problema para a questão de mortes de crianças especificamente. A gente tem mapeados pelo Instituto Trata Brasil, inclusive esse semana saiu a

relação das 100 cidades com saneamento, Santa Gertrudes não entra nesse índice porque não tem os 300 mil, viu senhor prefeito, porque senão nós estaríamos efetivamente nesse índice aí das melhores do saneamento com certeza. E a pesquisa comprova que sete crianças morrem todos os dias no país por falta de saneamento. Então esse contexto do Brasil nos leva a questões muito importantes, por exemplo, de doenças de veiculação hídrica, as doenças feco-orais, ou seja, o contato direto dessas pessoas com o esgoto, com esses vírus e bactérias que provocam hepatite, giardíase, enfim, por conta de não ter uma água tratada, por conta de não ter uma coleta, por conta de não ter um tratamento de esgoto.

Da mesma forma o meio ambiente sofre, principalmente os recursos hídricos do Brasil sofrem, ou seja, nós temos hoje a maior crise hídrica instalada, a Arsesp pode falar até mais e melhor do que eu estou falando hoje sobre esse tema. Nós temos o estado de São Paulo extremamente afetado por isso e nós também tivemos esse impacto aqui em Santa Gertrudes, numa proporção também muito grande, a gente teve oportunidade de conversar com os técnicos da Arsesp, com os técnicos do estado de São Paulo, da Cetesb, do DAEE e muitas vezes com a prefeitura, que muito nos ouviu, com a câmara de vereadores que esteve conosco e com a população como um todo que nos apoiou bastante no momento mais tenso nosso da crise hídrica em 2014.

Isso aqui impacta diretamente porque você tem a qualidade da água dos rios muito piorada, com isso os custos para que você tenha uma água potável, um tratamento de água, são muito superior e isso impacta diretamente também em quem faz a operação desse serviço.

Na educação esse são todos os dados, as fontes estão aí, dados do Instituto Trata Brasil, na educação a gente tem as crianças de novo impactadas com uma perda de produtividade de até 18%, a gente viu, fez várias pesquisas para preparar essa apresentação, a gente viu um estudo do Dr. Dráuzio Varella, que fala que dos zero aos seis anos a gente tem a formação da capacidade cerebral, do cérebro, da massa encefálica das crianças e nesse período a criança que não teve acesso a saneamento, a tratamento de esgoto e teve problemas de doenças de veiculação hídrica pode ter esse crescimento, essa melhoria comprometida.

Então tudo isso a gente vê também pelo plano nacional de saneamento uma necessidade de investimento em saneamento no país de mais de 304 bilhões nos próximos vinte anos para que essa realidade possa ser alterada.

Mas e como que nós estamos em relação, Santa Gertrudes hoje em relação o Brasil e em relação ao estado de São Paulo, que é o mais desenvolvido no quesito saneamento.

Como que nós, comparativamente, estamos hoje depois de cinco anos de trabalho. Nós temos os dados e estamos à disposição para apresentar todos os dados até 2015, estou falando rápido porque estou preocupadíssima com o tempo. Nós temos todos esses dados, mas nós vamos apresentar os dados do país do Sistema Nacional de Indicadores de Saneamento, que são dados de uma instituição. Então, no abastecimento de água, como a gente já comentou, 83% hoje tem acesso a rede de água. Rede de distribuição, nem sempre com regularidade, nem sempre com acesso total à água tratada. No estado de São Paulo esse número melhora muito, vai para 92%, e em Santa Gertrudes a gente vem conseguindo ao longo dos cinco anos e já no segundo ano, terceiro ano, a gente já conseguiu regularizar. Hoje a gente tem o orgulho de dizer, por cada um dos integrantes que estão aí, o nosso muito obrigado, o orgulho de dizer que a gente tem trabalhado muito para que essa regularidade seja cada dia mais plena e hoje ela está plena.

Na duração média das paralisações que ocorre no sistema de abastecimento, em média 13 horas em 2013, certamente em 2014, esses índices, quando sair o Snis de 2014, vão estar mais comprometidos porque nós temos a situação da crise hídrica que comprometeu essas paradas no sistema, provocou racionamento, rodízio em vários lugares das cidades, do estado e hoje já também em outros estados. Então no estado de São Paulo 6 horas, um número bem melhor e em Santa Gertrudes já em 2013 a gente conseguiu já ter uma regularidade de abastecimento, uma falta de intermitência, o que para a gente é importantíssimo porque isso garante também a qualidade da água, distribuída, produzida e entregue na casa do usuário final.

Análises fora do padrão, nós pegamos alguns resultados do Snis, nós pegamos, por exemplo, o cloro. O cloro é o selo de garantia da água. Nós tivemos no início, quando nós trocamos o sistema de abastecimento para produção de água da estação de tratamento de água daqui em Santa Gertrudes, muita gente e usuários com muitas dúvidas, ah meu Deus do céu, essa água ficou (incompreensível 1h17'59"). É o jeito de falar, que a gente conversa no dia a dia, essa água está com cheiro esquisito, não vou beber. Então a gente criou um laboratório móvel para tirar as dúvidas a custo zero para a população para que a população pudesse sentir mais tranquila em relação à qualidade da água, porque a água tem que ter o cloro, é o selo de

garantia dessa água, porque a presença dele significa que você não tem bactérias na água, você vai estar livre de doenças de veiculação hídrica. Então esse é um ponto importante que Santa Gertrudes já em 2013 conseguiu regularizar essa questão. Mais à frente a gente vai mostrar um pouquinho mais.

E vários itens aí como turbidez. Turbidez são aquelas partículas em suspensão que ficam na água e que conferem aquele aspecto turvo ou não. A gente sabe que a água tem que ser cristalina, muitas vezes a gente confunde turbidez com cor, mas qual é o problema da turbidez? A turbidez pode vir associada a uma questão de bactéria também, a bactéria fica aderida a esse floquinho, então aí nós temos essa questão do índice do Brasil para turbidez, índice não conforme de 4%, o estado de São Paulo sempre bem melhor com 2% e nós aqui com 0,6% em 2013. Ou seja, a gente vem trabalhando e buscando incessantemente uma melhoria dos serviços, da qualidade da água e consequentemente da saúde das pessoas daqui do município de Santa Gertrudes.

Na coleta de esgoto é aquilo que a gente já falou, o Brasil em 2013 tem 49% dos esgotos coletados. O restante esgoto a céu aberto, valas, rios poluídos, as pessoas em contato direto com esgoto. O estado de São Paulo bem melhor já com 75% do esgoto coletado e aqui em Santa Gertrudes a gente tem o orgulho de dizer que nós temos esse serviço universalizado. É um serviço que nós recebemos um pouco degradado e nós fomos melhorando ao longo do tempo, como nós vamos apresentar um breve resuminho aí para cada um de vocês.

No tratamento de esgoto, daqueles 49% coletado, 39% é tratado no Brasil. O restante é aquilo que a gente viu naquela foto, o esgoto correndo para os rios, ribeirões, cursos d'água. Em São Paulo já 71% na evolução sempre contínua do estado de São Paulo, e a gente hoje, com o sistema de tratamento de esgoto de Santa Gertrudes, esse é um dado de 2013, e hoje já com 100%. Ou seja, aqui em Santa Gertrudes a gente tem orgulho de dizer que nós temos um serviço universalizado em apenas 5 anos de concessão. Então a gente vem trabalhando sério, cada um que trabalha em nossa equipe tem essa seriedade, esse comprometimento de fazer daqui uma cidade referência no saneamento da região e do país.

Também dentro da nossa empresa a gente vem recebendo, viu senhor prefeito, várias visitas corporativas do pessoal que tem começado, iniciado novos contratos e estão aqui vindo participar, conversar com nossa equipes para levar essa mesma prática para os demais locais.

Vazamento de esgoto a gente tem uma série de dados, isso aqui é número de vazamentos por quilômetro de rede, Santa Gertrudes está 83% menor em relação ao Brasil.

Despesas e custos total tão detalhadamente explicado pela Camila, como a gente está, como que está hoje Santa Gertrudes em relação ao país? Isso em 2013, com certeza hoje esse número vai estar maior para todos nós, porque nós tivemos todo o impacto da energia elétrica, o impacto da crise hídrica, o impacto do aumento e elevação dos custos dos insumos que são diretamente ligados a energia elétrica. Nós temos R\$ 3,58 por metro cúbico, em São Paulo R\$ 2,02 e em Santa Gertrudes R\$ 1,37, considerando despesas e custos. Ou seja, a gente vem tentando gerir da melhor forma possível e de uma maneira bastante produtiva com as nossas equipes e com o nosso time de dia a dia.

E quais foram as nossas conquistas e evoluções na cidade? Bom em 2010 a gente recebeu um sistema bastante comprometido, degradado, as pessoas que estão aqui e são da cidade conhecem bem esse sistema. Era um sistema que praticamente estava inoperante, a estação de tratamento de água não tinha um... estava bastante degradada, se assim eu posso dizer e a gente foi melhorando ao longo do tempo só que com uma dificuldade imensa. A Arsesp vem acompanhando isso desde o início, os técnicos da prefeitura acompanha, a vigilância sanitária acompanha, a Cetesb acompanha e a gente gosta de fiscalização porque a gente quer fazer a coisa certa sempre, a gente é um pouco cri-cri, viu Camila, mas a gente quer acertar, por isso a gente é cri-cri. E aí nós fomos fazendo a remodelação de tudo isso trocando o pneu do ônibus com o ônibus andando, porque a gente não podia parar a estação de tratamento, a gente teve que ir fazendo isso ao longo de sábados, domingos, feriados, enquanto todo mundo dormia, da meia-noite às seis, a gente tem várias pessoas da equipe aqui que trabalharam muito para que a população não tivesse o impacto do desabastecimento, mas tivesse a melhoria do serviço prestado.

Então nós fomos trocando os equipamentos, fomos trocando os módulos de decantação para melhorar a tratabilidade da água, dar mais eficiência operacional ao sistema e conseguir ganhar essa questão de estar dentro dos padrões legais tanto da SS 65, que é a legislação do estado, quanto a potabilidade de água, quanto também da portaria do Ministério da Saúde.

Os investimentos foram muitos, aqui na estação nós temos desde troca de tanques, de produtos químicos, medições online ao longo da cadeia de tratamento para que a gente tenha essa segurança operacional na

variação da qualidade da água, a gente consiga captar essa variação e consiga fazer com que apesar da matéria prima, água bruta, variar, nós tenhamos uma saída muito constante de água potável, plena, 24 horas por dias, 365 dias do ano. Todos nós fazemos plantões e a gente trabalha desta forma para que não haja nenhuma intermitência para a população, para o usuário final.

Um pouquinho de algumas fotos pode parecer que é só tinta, mas tem muito equipamento novo, mudamos os produtos químicos, o armazenamento. Santa Gertrudes tinha uma questão importante não prevista no edital e na proposta que era a questão do flúor presente na água dos poços. Esse flúor está numa concentração mais elevada do que preconiza tanto a portaria estadual como federal. Então para isso nós tivemos que ter uma solução em que nós fomos aumentando a captação de água da estação de tratamento de água e reduzindo a utilização dos poços, mas não dava para reduzir totalmente, então nós fizemos uma mistura dessas águas com uma situação totalmente telecomandada, telecontrolada com aparelhos e fluorímetros de processo que analisa essa água, abrem e fecham as válvulas, ligam as bombas. Esse aqui é uma foto do painel de controle comando, fizemos um novo reservatório, uma caixa de mistura para que a gente pudesse então começar a cada vez mais a melhorar a qualidade da água aqui de Santa Gertrudes e estar atendendo os padrões de potabilidade necessários para a legislação estadual e federal.

Hoje temos essa característica bastante evidente, o flúor já está dentro dos parâmetros estabelecidos nessa legislação, isso é avaliado praticamente mensalmente pela vigilância sanitária também com análises extra às nossas análises realizadas. Isso pode ser comprovado que nós conseguimos finalizar essa questão. Claro que esta questão trouxe custos adicionais não previstos na proposta, existe uma diferença grande entre você pegar água do poço e fazer um tratamento de água completo na estação de tratamento.

Aqui nós também ampliamos a capacidade de reservação do município nos pontos mais extremos principalmente, então nós tivemos a reservação ampliada no Vigorelli, que era aquela foto anterior que nós apresentamos. Aqui no Jequitibás novos reservatórios, ou seja, os pontos extremos passaram a ter novas reservações para que a gente aumente o estoque de água e nas situações de crise que acontecem, não existe processo de saneamento sem crise, elas acontecem, mas nós estejamos mais preparados a passar por elas sem causar nenhum transtorno a população. A nossa preocupação tenha um serviço sem intermitências, regular e com uma qualidade exemplar.

Na qualidade da água nós então fazemos cinco mil análises ao mês, seja com laboratório móvel ou laboratório interno e com laboratórios que tenham a certificação e a creditação do Immetro para a ISSO 17025 e nós estamos dia a dia melhorando a qualidade da nossa água cada vez mais, hoje já dentro dos parâmetros básicos já todos atendidos com apenas uma oscilação em pontas de rede, em finais de rede com a questão de turbidez e por isso esse 99,98 que é a média de 2015.

Na redução de perdas a Camila bem explicou, mostrou que nós conseguimos reduzir perdas numa velocidade muito maior que previsto no contrato, isso por conta da ajuda e do empenho de cada integrante, a gente sabe que perdas é uma coisa que tem que ser sistemática, contínua, dia a dia nós temos que batalhar para buscar os vazamentos que podem estar evidentes e aqueles não aparentes e também aquelas irregularidades que às vezes acontecem, a gente sabe que acontecem, e também uma coisa importante da gente falar, e que prejudica a todos, aquele que faz a irregularidade também prejudica não só a concessionária como também o vizinho ao lado que vai estar pagando a sua conta direitinho e ele vai estar fazendo uma coisa errada, irregular, que vai estar afetando a capacidade e comprometendo a capacidade inclusive de operação do sistema de pagamento das contas do sistema, nossa capacidade, nosso fluxo de caixa. Mas mais do que isso, vai afetar nossa capacidade de investimento da operação, ou seja, deixando de fazer alguns investimentos importantes, a gente deixa de atender a própria população. Então essa irregularidade volta contra a própria população e é isso que é importante que todo mundo entenda e se puder sempre conversar conosco, a gente está sempre aberto, a gente pode regularizar isso sem grandes transtornos. E melhorar, com a redução de perdas a gente teve uma série de matérias, seja no jornal local, na própria tevê, em vários quesitos, porque nós conseguimos reduzir muito rapidamente e a gente aqui em Santa Gertrudes fez uma conta rápida e em menos de cinco anos a gente reduziu 1,7 milhões de litros de água, que estavam sendo descartados literalmente. Isso nos ajudou muito, é um dos pontos fundamentais para a melhoria do nosso sistema e que nós passamos durante a crise hídrica. Essa é uma consequência importante, a gente buscou reduzir perdas para inclusive nos antecipamos em relação aos efeitos e aos impactos da crise hídrica que chegou em 2014 para todo mundo.

Nós fizemos muitas interligações de rede para buscar sempre fazer a questão dos anéis, eu vi que São Paulo acabou de inaugurar um anel

grande, isso no saneamento é importante porque a gente reduz pontas de rede, você circula melhor a água, você melhora a pressão e melhora o serviço atendido e a pressão e a regularidade para o usuário final. Da mesma forma estendemos as redes necessárias, afastamos o esgoto e o levamos até a estação de tratamento.

A estação de tratamento nós fizemos, até como a Camila colocou, aquela obra que estava não prevista no edital a princípio e depois foi para o primeiro termo aditivo, para que a gente pudesse colocar em carga a estação de tratamento de esgoto para que a gente pudesse ter o tratamento de esgoto do município viabilizado. Foi uma obra importante, foi uma obra difícil, a obra de impermeabilização de todas as lagoas, são volumes enormes de terra e que a gente teve que melhorar e adaptar e refazer praticamente cada uma das lagoas para que a gente pudesse ter a estação de tratamento operante.

Essa é a nossa casa, nosso sistema, desformatou um pouquinho aqui, mas é a casa de cada um. Essas regiõezinhas aqui do sistema de água, cada rede dessa hoje está cadastrada, a nossa equipe que cadastrou isso no Giz, é um sistema, um software importante de gestão que a gente tem, então fizeram um excelente trabalho e cada uma dessas regiões hoje está sendo macromedida, ou seja, todo volume que passa de água que passa nessa rede é medido na rede e também conferido em relação ao volume dos micromedidores. Isso foi uma das atuações que nos apoiou bastante para a redução de perdas no sistema.

Nós temos aí, como vocês podem perceber, uma estação de tratamento de água, quatro poços, duas estações elevatórias. Só para explicar, estação elevatória é uma estação de bombeamento, então tem bombas, tem motores. Dá pra ver que o nosso sistema é totalmente dependente de energia elétrica, nós necessitamos da energia elétrica para que essa água chegue até o cliente, até o usuário final nos bairros mais distantes. E da mesma forma nós necessitamos de energia elétrica para levar o esgoto até a estação de tratamento de esgoto. Então nós temos o nosso sistema muito atrelado à questão da energia elétrica e nós sofremos com isso um impacto importante conforme disse a própria Camila explicou um pouquinho essa questão dos custos da energia e nós vamos explicar um pouquinho mais à frente.

Portanto hoje a gente tem o orgulho de dizer, de falar em conjunto sempre com a autoridade máxima do município, que é o prefeito, com os vereadores, que a gente tem que ter orgulho de Santa Gertrudes porque a gente tem um município que hoje é universalizado no serviço, nós temos 100% de água entregue na casa, nas residências das pessoas, com potabilidade adequada dentro dos requisitos da

legislação estadual e federal, temos pressão adequada, temos coleta de esgoto e tratamento de esgoto. Isso muito nos orgulha e a gente gostaria que o municípe, o gertrudense também tivesse esse orgulho, porque vocês são destaque hoje no saneamento.

Mas não adianta fazer todo esse trabalho se a gente não conseguir entender como é que o cliente nos enxerga. A gente faz anualmente uma pesquisa, nós pusemos apenas um extrato dessa pesquisa onde a gente soma bons e ótimos, a gente não soma regular aqui, a gente não está querendo saber quem está em cima do muro, para a gente não é alguém que a gente vá somar, é alguém que a gente tem que buscar entender o que ele precisa para melhorar e para ele nos avaliar sempre da melhor forma possível. Então quando nós começamos, nós éramos pouco entendidos, mal avaliados, nós tínhamos 42% de avaliação de bons e ótimos, fomos com muito trabalho, com o trabalho de cada integrante que está fazendo parte de Santa Gertrudes, aumentando esse requisito de bons e ótimos, em 2014 estamos com 79%, em 2015 já fizemos a pesquisa do Ibope agora, mas os números estão sendo consolidados, nós não temos acesso ainda infelizmente. A gente luta muito, a gente busca muito esse resultado e é meta de cada integrante da empresa a melhoria desse resultado de bons e ótimos.

A gente também tem uma série de canais para conversar com o nosso usuário desde o atendimento, do call Center, como também canais do nosso site, a campanha Juntos pela Água que hoje é um canal aberto, é um site aberto, www.juntospelaagua, por favor, quem nunca acessou, acesse porque você pode deixar seu depoimento. A ouvidoria nossa também, tudo isso para que a gente entenda o que está existindo de dúvidas para os nossos clientes. Aqui a Dona Marilene agradeceu a visita do laboratório móvel, a Dona Fernanda falou que a água está chegando certinha na torneira, mas a gente também recebe reclamações e as reclamações são sempre bem vindas porque são elas que melhoram o nosso processo e nosso sistema e é com elas que nós aprendemos. Então por favor, fiquem à vontade para nos ligar, porque a gente sabe que nós devemos melhorar sempre os nossos serviços. Inclusive os vereadores nos ajudam bastante nesse sentido, às vezes são um puxãozinho de orelha aqui e acolá, mas é importante, a gente sempre fala isso para nossa equipe que é assim que a gente cresce. Então dois minutos eu vou correr. Dois minutos para trinta ou dois minutos para quarenta? Eu vou ter quarenta? Senão vou entrar em desespero aqui.

Todo mundo percebeu essa crise hídrica, a imprensa falada, a imprensa escrita, a tevê tem muito noticiado porque foi algo realmente muito

diferente o que aconteceu no estado de São Paulo, foi uma coisa totalmente atípica que comprometeu o abastecimento de tantas cidades e quase que comprometeu o nosso abastecimento também. O que aconteceu de diferente aqui em Santa Gertrudes? Santa Gertrudes lá em agosto, nós temos um manancial muito pequeno, pouco caudaloso, de pouca vazão e o que acontece, qualquer oscilação climática ele cria algumas preocupações para a gente. Então em janeiro do ano passado, quem se lembra, hoje está muito quente, mas janeiro do ano passado estava muito mais quente que hoje, era uma temperatura média de 39 graus, 40, por aí e o dia inteiro e sem chuva. Então a gente começou a ficar muito preocupado, lá em janeiro, começamos até um certo desespero e com isso nós contratamos um dos estudos que foram contratados com um pessoal especialista para analisar todos os mananciais aqui na região e traçar conosco um plano de contingenciamento porque a gente já vinha começando a enxergar que a coisa não ia ficar boa ao longo de 2014.

Conversamos bastante com a Arsesp, a prefeitura, a câmara de vereadores, o pessoal todo esteve do nosso lado, a gente vai mostrar isso um pouquinho. A gente viu que grande parte dos municípios aqui da nossa região, o azulzinho é Santa Gertrudes, esses municípios em sua maioria tiveram o racionamento, o rodízio e nós não tivemos. O que aconteceu em Santa Gertrudes? Essa, para quem não sabe, é a lagoa São Bento, um dos nossos mananciais em 2014. Secou. Esse é o ponto em agosto de 2014, ponto maior da crise hídrica aqui no município. O que nós fizemos? A nossa região toda então sofreu com falta d'água, você vê que Piracicaba, os municípios do interior adotaram racionamento conforme aquele mapa que a gente apresentou ali. São Paulo nem é preciso falar porque foi muito noticiado.

O que nós fizemos? Dentro desse plano de contingência, nós estivemos junto com o Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado e com as pessoas que são os donos, os proprietários das terras desses locais, que nos permitiram colocar uma bomba adicional, que é essa, que foi instalada para verter água de uma lagoa para outra e chegar até aqui, o ponto da nossa captação.

Agosto de 2014 foi o pior mês, o mês que a gente praticamente não dormiu, mas a gente tem o orgulho de dizer que a gente não comprometeu nem um dia o abastecimento da cidade. Apesar da gente não ter dormido, é bom porque o abastecimento ficou perene, estou falando aqui com o Alexandre, com a turma do Alexandre também porque foram eles os grandes heróis junto com toda a equipe de Santa Gertrudes.

Outra coisa que a gente fez, a gente pediu autorização para uma outra represa, represa Granúncio, nós instalamos tubulações por toda a represa para que esta vertesse até o córrego Santa Gertrudes e foi uma outra ação para transferir a água da represa para esse córrego, que é o córrego da nossa captação.

Ações conjuntas com toda a prefeitura, a nossa equipe agradece muito a equipe da Secretaria de Educação do município porque eles abriram as escolas para que a gente pudesse dar aula, conversar com as crianças e nada melhor do que uma criança levar essa informação para os pais, porque muitas vezes a criança educa o pai com as dicas, então foi isso que nós fizemos em todas as escolas, nós agradecemos a prefeitura por isso. Na tevê local, na tevê regional, com campanhas, com o Juntos pela Água, que foi feito uma abertura junto com a prefeitura, com a presença de todos e é um site que até hoje existe, esse site ia dando dia a dia a capacidade do nosso manancial, como que era, como que nós estávamos, qual era a criticidade ou não e isso foi ajudando para que a população se conscientizasse em Santa Gertrudes e nós agradecemos enormemente a população porque nos ajudou muito, a redução de perdas e todas essas ações conjuntas, que um verdadeiro time fez com que a gente passasse sem nenhum problema no abastecimento em Santa Gertrudes apesar de todos os municípios vizinhos estarem ainda hoje em racionamento.

Então hoje, um pouco do que a Camila falou, esse é o consumo per capita, ano a ano. Hoje de fato a gente está com um consumo bem mais baixo e houve uma mudança de hábito, de rotina, e isso também afeta diretamente a concessão de uma certa forma.

Essa é a foto dessa semana da lagoa São Bento, aquela mesma que estava seca, então já houve uma recuperação importante. Nós estamos monitorando, mas ela está bem melhor, esse ano já é um ano bem menos tenso que 2014 em termos de crise hídrica, no que se refere a quantidade de água e não à questão do per capita que foi afetada. Um foto de como era o vertedor da nossa captação em agosto e como está hoje e a cidade superou esse desafio trabalhando em conjunto.

Energia elétrica, todo mundo teve esse impacto em casa e nosso impacto a Camila já explicou, vou passar muito rápido por ele. É o seguinte em setembro nós tivemos aqui a Elektro, nós tivemos um aumento de 41% aproximadamente, depois com o sistema de bandeiras tarifárias foi para 46%, depois os dois aumentos de março, chegando a duplicar nossa fatura.

Agradeço ao Clésio da nossa equipe, pedi ao Clésio: “Clésio, empresta uma conta de energia sua, da sua casa, para que a gente possa explicar de maneira bem didática?”. Energia elétrica da casa do Clésio R\$ 72,00 em 2014, R\$168,00 em 2015, estão aqui as contas, as faturas, e não foi diferente conosco. Só que a nossa conta é um pouquinho mais cara, essa é a conta de energia elétrica da estação de tratamento de água, mesmo com motores de alto atendimento, de alta eficiência, é isso que aconteceu conosco, com nossos custos, nós tivemos praticamente quase a mesma carga instalada, mesmo consumo, saltou de 28 para 55 mil, essa é apenas uma das nossas contas, nós temos doze faturas diferentes aqui em Santa Gertrudes. Ou seja, equivale a gente receber uma tarifa de mais ou menos 2.770 clientes para pagar uma conta de energia elétrica da estação de tratamento de água. Então a gente começou a ficar numa situação muito difícil aqui por conta de custos, por conta dessa elevação dos insumos. Junto com a energia elétrica, aumentaram também os custos dos produtos químicos que nós utilizamos na estação, por exemplo o cloro, é um produto químico que depende muito da energia elétrica, segundo o que dizem os fornecedores. A gente também fica um pouco à mercê do mercado, tenta negociar ao máximo, mas os fornecedores passam isso para a gente.

E aí toda essa questão da tarifa, nós fizemos um exercício ontem e hoje de pensar um pouquinho. A gente sempre fala que a tarifa de Santa Gertrudes é a mais baixa, será que é mesmo? Vamos dar uma olhada. De acordo com o Snis, o Brasil, que não tem o serviço universalizado, que não tem coleta, que não tem tratamento universalizado, nós temos uma tarifa média de 2,3 a 2,62. O estado de São Paulo, já um pouco mais eficiente, já bem melhor, já com os índices de universalização melhores, a gente está aqui. E Santa Gertrudes está com essa tarifa até 2013. Por que está só até 2013? Porque a gente pegou esse dado do Snis. E a aqui nós colocamos os dados nossos, nós estamos com uma tarifa média de 1,52, considerando a queda dos 10% do desconto do..., perdão, da equiparação do esgoto sobre a água também.

Então é uma tarifa extremamente baixa mesmo a de Santa Gertrudes. É isso que a gente quer demonstrar de uma maneira bastante didática para todos. E por que a gente precisava desse reposicionamento tarifário que foi tão analisado pelos técnicos da agência reguladora? Hoje 10 metros cúbicos de água, e quando a gente fala de 10 metros cúbicos de água me incomoda um pouco porque não é só a água que chega, são todos os serviços agregados, é a coleta, é o tratamento, é a pessoa que trabalha no tratamento, é a pessoa que trabalha no

atendimento, comercial, aquela pessoa que faz o plantão, todos aqueles estão aqui, 10 mil litros pelo serviço prestado hoje custa R\$ 20,80.

Nós temos aqui vários municípios, nós pegamos um extrato da região, vários municípios da região que não têm o serviço universalizado estão aqui com tarifas superiores, Mairinque que também é uma concessão também avaliada pela agência reguladora do estado e Sabesp interior e Sabesp capital.

Para quinze metros cúbicos nós continuamos abaixo, sempre abaixo, vinte, lembrando sempre nós temos aqui em Santa Gertrudes um serviço universalizado, isso também custa. Quanto que custa isso no dia a dia? A gente sabe que algumas pessoas da população de Santa Gertrudes têm o hábito de comprar galão de água. Não precisa mais, a água é potável, mas vamos lá, quem quer compra o galãozinho. O galãozinho tem o custo médio de R\$ 7,00, ou seja, você paga 35 centavos o litro que está lá no seu galão. O valor de um galão, sete reais, paga 3.365 litros de água tratada aqui em Santa Gertrudes e todos os serviços agregados.

Fizemos uma avaliação do IBGE, o custo de água e esgoto e saneamento é o mais baixo que a gente tem aqui no... claro, a gente tem mais contas aqui, vai fazer mais contas.

Aqui fizemos uma pesquisa em Santa Gertrudes, não sei por que deu essa desestabilizada no projetor, na forma de projeção, mas o principal custo em Santa é aluguel, a cesta básica nós pegamos um custo médio da Esalq Piracicaba, enfim, o menor custo hoje é R\$ 20,80 para água e esgoto e todos os serviços agregados.

Se a gente pegar todo o estudo feito pela Arsesp, pela Nota Técnica colocada aqui pela Camila e por todos os técnicos que estudaram, para quanto que esses dez metros cúbicos vai oscilar? Vai para R\$ 29,30. Nós vamos continuar com o custo muito baixo, ou seja, a gente vai ter um reposicionamento tarifário que vai ficar aqui junto com uma série de cidades que nem tem o serviço universalizado e muito menor que a metade dos outros.

Hoje uma família com esses R\$ 20,80 gasta 69 centavos por dia, ou seja, dois milésimos, 0,002 por litro de água, ou por todos os serviços prestados. Vai passar a ter, com essa equiparação 98 centavos por dia, é o que você vai pagar com dez mil litros.

A gente tentou ser o mais didático possível porque é um tema bastante difícil quando a gente fala de toda a revisão, de todo o processo, mas trazendo para o dia a dia é isso, com todos os serviços prestados.

A gente aqui deixou bastante esclarecido, especificado a tabela que a gente inseriu no site e também o nosso pleito, a gente pede algumas reconsiderações. A primeira é a questão do anexo, que pelo que a gente viu parece que o desconto está caindo no ano inteiro, então isso dá para a gente uma receita adicional que não é verdadeira, porque não vai acontecer. A gente pede só essa reconsideração. O capital de giro para a gente é algo importante, a gente explica no detalhe esse tema, a nota técnica, o nosso pedido de contribuição está hoje no site, quem tiver curiosidade pode ir até lá imprimir ou ver na consulta pública, mas esse item do capital de giro para a gente é fundamental porque nós tivemos um desequilíbrio superior no período do que estava previsto na proposta nesse aspecto. Então tivemos que aportar capital e a gente pede que esse seja um custo analisado pela Arsesp como parte integrante na construção do fluxo de caixa do projeto. Para a gente é algo fundamental, é importante, é um conceito que a gente precisa que seja revisto e reanalisado pela agência reguladora.

Outro tema que a gente tem, hoje nós temos as tarifas bancárias, na verdade com vários bancos para que a gente possa facilitar o pagamento das contas, das faturas dos clientes. Santa Gertrudes é quem mais paga em lotérica das cidades em que a gente tem contrato e esse pagamento na lotérica gera um custo para nós, então esse serviço que a gente disponibiliza para o cliente tem um custo para nós por fatura paga. Então a gente gostaria, é algo pequeno, mas a gente gostaria que fosse avaliado porque a gente precisa e a gente acha que é um serviço interessante de ser mantido para o usuário final.

A questão das partes relacionadas eu não vou me ater em cada item até por conta do tempo, mas naquela planilha colocada para a agência reguladora nós considerávamos que os custos das partes relacionadas seriam assegurados, seriam avaliados e assegurados.

Então aquela planilha de pessoas não consta, por exemplo, uma pessoa de contabilidade, não tem uma pessoa jurídica, não tem ninguém. E isso aí para uma empresa precisa acontecer você tem que cumprir as leis federais, as leis estaduais e tudo porque a gente sabe do entorno. Então nós precisamos que se não for avaliado o custo de partes relacionadas, que seja avaliado o custo por número de pessoas que vai ter que ser revisto dentro do contrato, porque a gente vai ter que ter um contador, a gente vai ter que ter no mínimo uma pessoa que faça a parte jurídica nossa, a gente vai ter que ter o dia a dia. Da mesma forma assessorias e consultorias.

Na parte de assessoria e consultoria a gente viu que algumas coisas foram avaliadas como positivo, agora tem outras coisas que foram

acontecendo depois da proposta, por exemplo legislações, NR10, NR12, tudo isso a gente é auditado tanto interno como externamente, é preciso cumprir lei. E aí como que faço, não faço treinamento? Internamente tem 16 pessoas, as pessoas não conseguem e nem podem ter capacidade de fazer esse treinamento. Então a gente precisaria, talvez, dar uma entendida de como fazer e analisar um pouco melhor essa questão, porque senão nós vamos deixar de atender inclusive legislação.

Para terminar, eu já tomei muito tempo de vocês, o nosso futuro. Primeiramente agradecer a todos, a gente quer continuar a ser um exemplo em saneamento, referência na região, melhorar a cada dia mais nossos serviços e mais do que tudo contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos gertrudenses.

Mas a gente quer chegar cada dia mais próximo do cliente, do usuário e ter esse usuário aprovando os nossos serviços, é para isso que a gente trabalha. Um número que está no dia a dia do saneamento e é muito utilizado, mas que nem para todos é algo do dia a dia, é muito importante a gente saber disso, a Organização Mundial da Saúde preconiza muito isso, que a cada real investido em saneamento a gente economiza 4 reais na saúde pública. A gente aqui não tem mais esse problema em Santa Gertrudes, a gente conseguiu passar por essa etapa e a gente gostaria de continuar mantendo a qualidade e a continuidade dos nossos serviços. Por isso que a gente precisa desse reequilíbrio econômico-financeiro da melhor forma possível, sem penalizar nenhuma das partes, mas continuar prestando um serviço adequado como a gente vem fazendo até então. Muito obrigada.

MC:

Obrigada Paula. Nesse momento o senhor Rogerio Pascon, prefeito de Santa Gertrudes fará uso da palavra.

ROGÉRIO PASCON, Prefeito de Santa Gertrudes

Boa tarde a todos, quero agradecer a presença de todos, o pessoal da Arsesp aqui, a concessionária, a população aqui presente, o pessoal da prefeitura. Está todo mundo com apresentação aqui e nós estamos no velho e bom papel aqui. Agradecer os vereadores aqui presentes, eu vejo só o Luiz Basso e o José Luis, não vejo mais algum, só os dois.

É evidente que concordar a gente não concorda com nada. Nós viemos aqui para falar não, não e não, não tem aumento e a gente vai brigar pelo mínimo possível.

O Paulo falava na sua apresentação aqui, deu uma geral do que é a Arsesp, bom para a gente entender. E Paulo, você falava assim que o consumidor tem que procurar a Odebrecht primeiro, procurar a concessionária antes de fazer a reclamação, mas primeiro ele procura o prefeito e os vereadores para depois ele procurar a concessionária. E agradecer, viu Paulo, toda a sua explanação, a Camila que também mostrou todos os dados, é evidente que a gente vai ter esses números, agora, para discutir e como eu falei no início, é difícil a gente concordar porque nós que estamos na linha de frente da população, nós somos escolhidos pela população para defender os interesses.

Aqui no interior e alguns da capital aqui, a gente fala assim: de vez em quando o pessoal arma a arapuca (incompreensível 1h57'57"). Eu preciso registrar o que foi feito em 2012, a gente não concorda porque foi um paliativo para as próximas administrações, então para registrar em ata aqui as atitudes feitas em 2012. É evidente que como está no contrato de 2010 para fazer essa revisão até hoje, ela tem um impacto grande, 4 anos e meio, quase cinco anos sem revisão, é evidente que com todos esses custos que a Paula apresentou, que a Camila apresentou, a gente sabe da dificuldade do momento, do custo de energia, custo de operação, então todos os custos químicos que a gente tem para deixar a água de qualidade aos nossos munícipes que a gente sabe que isso tudo é verdade.

É verdade também que esse país passa por um momento difícil e hoje quando se fala de aumento de qualquer coisa tem uma rejeição muito grande. O que a gente imagina é que a população também tenha esse tipo de reação e rejeição quando as contas começarem a chegar. É evidente que tudo isso precisa ser mostrado da melhor maneira para a população e cabe a nós, à Arsesp e a concessionária divulgar isso da melhor maneira possível, reafirmar que não é uma medida do prefeito nem da câmara dos vereadores, isso não passa pelo poder executivo nem pelo poder legislativo, talvez se passasse teríamos a maior dificuldade para se aprovar. A Arsesp faz um trabalho complexo, bem complexo, um estudo de vários meses para chegar a esses números. A dificuldade maior, eu falava agora com os dois vereadores, de tentar proteger o menor consumo, talvez de 10 m³ subir para 15m³, para aquele que gasta menos poder ser acolhido numa

faixa. E talvez a concessionário tenha a dificuldade de que com um valor maior a população começa a economizar mais do que o limite e a concessionária vai ter problemas porque ela vai vender menos água. E isso nesse momento de racionamento, racionamento não, mas esse momento de se cuidar da água, um bem que temos que cuidar para o resto da vida, não só agora, mas a concessionário pode ter essa dificuldade de a concessionária começar a gastar menos e o custo dela é o mesmo.

Então a primeira ideia é tentar subir o mínimo de 10m³ para 15m³ e a segunda ideia é tentar parcelar essa revisão em alguns meses, é evidente que cabe a nós a conversa com a concessionária e a Arsp e proteger a população de um aumento significativo que vai gerar uma reação de dificuldade para a nossa população.

É de se reconhecer que o trabalho feito pela concessionária nos últimos cinco anos, em Santa Gertrudes, nos anos 80 e 90, quando chovia faltava água, às vezes a gente tinha um temporal e não tinha água na torneira. Nesses últimos cinco anos foi feito um trabalho significativo, como a Paula falou, e hoje se pode beber água da torneira, pois é um processo transparente e um processo que a população confia. Esse trabalho vem no dia a dia sendo feito pelo pessoal da concessionária que faz um belo trabalho, parabéns a vocês que fazem esse trabalho, estamos não diariamente, mas semanalmente conversando, quer dizer, toda dificuldade que a prefeitura tem aqui, nós estamos com o secretário de saneamento básico e de obras, o Mazinho, que trabalha frente a frente com o operacional de rua, a gente sabe do valor da concessionária para nossa cidade e a gente sabe que hoje é outro patamar. No ano passado, em 2014, nós enfrentamos essa crise de abastecimento de água no estado de São Paulo e Santa Gertrudes conseguiu passar sem racionamento, foi uma revolução e novidade nas cidades vizinhas que passaram por grandes dificuldades e a briga maior aqui é deixar essa faixa tarifária de Santa Gertrudes ainda menor que em outras cidades. Se nós ficarmos abaixo de algumas cidades da região, acho que a gente tem um motivo a mais para proteger a população.

Se nós conseguirmos aumentar de 10 para 15m³ o consumo mínimo, se nós conseguirmos parcelar essa revisão em duas ou três vezes e se a gente conseguir chegar a um mínimo possível aí, é evidente que o que estou pedindo a gente sabe que tem algumas dificuldades, mas como

prefeito e vereadores, representantes legais da população a gente tem que vir para fazer isso.

Quero agradecer a participação da Arsesp, do trabalho que vocês fazem não só em Santa Gertrudes, mas em várias cidades do estado de São Paulo. Santa Gertrudes é uma cidade que o IBGE divulgou há pouco tempo, uma das cidades que mais cresceram no estado de São Paulo. Eu falava na semana passada com o Alexandre (incompreensível 2h04'09") três novos loteamento chegando na cidade, é evidente que a concessionária também tem que nos garantir que vai garantir que esses novos loteamentos tenham estrutura de água e esgoto, que é importante para a cidade também devido à evolução, nós somos o segundo maior polo cerâmico do mundo, então a gente está trabalhando sério para fazer uma cidade melhor. Uma cidade melhor faz-se a cada dia.

Agradecer a participação da população, dos vereadores, reforçar a presença do Luis Basso e do José Luiz, que às vezes, vereador na hora que a coisa aperta, acaba sumindo. Da importância de estar aqui agora dando a cara para bater, porque depois fica fácil falar que ninguém sabia, mas a gente tem que assumir responsabilidade, algumas leis a gente pode até não concordar, mas a gente que vive num país democrático tem que seguir o que é determinado. Isso estava determinado em 2010 e nós estamos aqui para cumprir, evidente que fazendo as reivindicações necessárias.

Muito obrigado, obrigado pela apresentação, a gente vai discutindo. Por nós, a gente dava menos 20, mas a gente sabe das dificuldades enfrentadas e a gente pensa na evolução da cidade. Muito obrigado, tomara que vocês sejam acolhidos aqui em Santa Gertrudes, não sei se vocês repararam ao chegar tem um Cristo de braços abertos, então sejam acolhidos e um bom retorno para quem vai para a Capital. E obrigado pela presença da população e obrigado ao pessoal da concessionária Odebrecht que tem trabalhado. No dia a dia às vezes a gente tem mais contato com a Paula e o Alexandre, mas a gente tem que parabenizar os funcionários aqui, aqueles que às vezes de madrugada estoura um cano e vai lá correr... a gente vê muito disso na rua, eles sabem disso, que a gente que está participando da vida da cidade, percebe isso, no dia a dia da cidade, o compromisso que vocês têm com a nossa cidade.

Então, que daqui saia números que todo mundo fique contente e a gente evolua para fazer uma cidade ainda melhor. Obrigado a todos, boa tarde.

MC:

Daremos início à etapa das manifestações dos expositores; lembrando que obedeceremos a ordem de inscrição e que cada expositor dispõe de até 10 minutos.

Na realidade nós não tivemos nenhum inscrito para expor nem para se manifestar, então eu vou passar a palavra ao presidente da audiência, o Sr. José Bonifácio de Souza Amaral Filho, para o seu encerramento.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Bom, eu queria lembrar mais uma vez que a consulta pública fica aberta para receber manifestações e contribuições da maneira mais transparente possível. A audiência pública, que nós tivemos hoje é exatamente para isso, com o objetivo de as pessoas interessadas vêm aqui, participam, discutem, falam suas opiniões. Eu queria convidar se tiver alguém interessado em fazer uso da palavra, se algum dos presentes quiser se manifestar, esse é o objeto da assembleia. Se alguém mais quiser falar alguma coisa está aberta a palavra.

Bem, entendo que eu devo um comentário final, acho que o papel da agência reguladora é exatamente esse, de ter o equilíbrio entre o concessionário que investe o seu dinheiro, que investe o seu capital e que busca a recuperação do que gasta e a remuneração do que investiu e faz isso prestando um serviço público. Costumo dizer que a concessionária está lá no lugar do poder público, então ela tem que tem uma postura, um trabalho consciente, de tudo aqui que ela está fazendo é como se ela fosse (incompreensível 2h08'27") de alguém que está diretamente representando o Estado.

Então a gente tem que fazer aqui esse equilíbrio entre o que o consumidor que recebe o serviço paga àquele que vai prestar o serviço de uma maneira regular. Quero dar os parabéns aqui pelo o que eu vi, pela manifestação do prefeito quanto à qualidade do serviço, parece que realmente houve uma melhora boa, oxalá todos os municípios do

nosso país – alguns não têm nem água – pudessem ter um serviço de qualidade.

E a função da agência é exatamente a melhor qualidade possível e com um preço justo. Então nós vamos certamente analisar isso.

Eu quero aproveitar e também agradecer aqui e dizer que a agência, a Arsesp, faz um trabalho que é bastante custoso em termos de dedicação, quero justamente agradecer a nossa especialista em regulação, a Camila Elena Cruz, que fez a apresentação, ao José Amaury Fonte nele que é o comunista que está aí tantos anos se dedicando e ao Anton Schwyter que é o superintendente. São pessoas de enorme dedicação, eu quero fazer um reconhecimento público aqui.

Queria agradecer então a todos e dizer que a Arsesp vai se debruçar, sentar, conversar obviamente com prefeitura, com a concessionária e tenho certeza que chegaremos a bom termo. Acho que isso é uma coisa que a gente tem que ter consciência que o bom serviço tem a sua remuneração justa e que tenha sempre a preocupação de visão social, as coisas se ajeitam e a gente não pode viver situações demagógicas e dizer que ah eu vou fazer assim, eu vou segurar, nós temos exemplos e exemplos às vezes na nossa vida pública de coisas que são feitas hoje e deixam uma herança que amanhã estoura e desequilibra. A gente na economia brasileira tem visto alguns setores, diria que talvez o setor que mais impacto teve no saneamento foi energia elétrica, uma coisa que infelizmente se desorganizou nesses últimos tempos e seu custo explodiu.

Então quero dizer que vocês fiquem tranquilos que a agência é uma agência pública, tem essa noção e trabalha sempre procurando equilíbrio. Então quero agradecer mais uma vez ao prefeito, os vereadores, todo o pessoal da Odebrecht aqui presente, a população em geral e dizer que a agência está à disposição como o Paulo já falou, e agradecer muito e desejar felicidades a todos. Muito obrigado, uma boa tarde.